

*Os visigodos: de saqueadores de Roma a padrão de nobreza**

SERGIO ALBERTO FELDMAN**
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo reflete sobre a construção do conceito de nobreza em relação aos visigodos pelo clero ibérico, em especial, pelo bispo Isidoro de Sevilha, bem como a associação dos visigodos à identidade cristã, à nobreza e à monarquia. Descreve a transformação dos conceitos de civilização e barbárie, esta última associada, inicialmente, a todos os povos germânicos, e a gradual mudança da imagem dos visigodos, que se transformam em defensores da fé, nobres e pilar da identidade cristã hispânica.

Palavras-chave: Visigodos; Nobreza; Isidoro de Sevilha.

Abstract: The article reflects on the construction of the concept of visigoth nobility by the Iberian clergy especially by the bishop Isidoro de Seville and the association of the visigoth to the Christian identity, to the nobility and the monarchy. It describes the transformation of the concepts of civilization and barbarism, the latter associated initially with all the Germanic people, and the gradual change of the image of the Visigoths, who become defenders of the faith, nobles and pillar of the Hispanic Christian identity.

Keywords: Visigoths; Nobility; Isidore of Seville.

* Recebido em 13 de outubro de 2016 e aprovado para publicação em 25 de novembro de 2016.

** Professor associado II vinculado ao Departamento de História da UFES e membro do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), orientador de mestrado e doutorado. Graduado pela Universidade de Tel Aviv (Israel), mestre pela Universidade de São Paulo (USP), e doutor pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estágios pós doutorais no CSIC (Madrid/Espanha), no EHESS (Paris/França) e na Universidade Hebraica de Jerusalém (Israel).

Vivemos numa era de migrações e de tensão entre os pretensos civilizados e os supostos ‘bárbaros’ que cruzam, ora o mar Mediterrâneo, ora o Atlântico e tentam penetrar por fronteiras guardadas, nos espaços privilegiados da civilização e de um pretenso bem-estar e se inserir no seio destas sociedades. Juízos de valor e preconceitos proliferaram e geram polêmicas que fortalecem posições extremas. Oferecemos no contexto tardo antigo uma reflexão, no intuito de repensar como se construíram avaliações e adjetivações que ora elevam e ora denigrem agrupamentos sociais, etnias e ‘raças’.

A história é passível de revisões e de mudanças de percepção, por ser baseada em documentos e monumentos que podem ser escritos, reescritos e interpretados. As representações são construídas, mas podem ser destruídas e reconstruídas através de discursos, obras literárias, monumentos e outras articulações que reinterpretam eventos e derrubam e elevam a transcendência de um personagem ou de um coletivo social, uma instituição ou sociedade.

No ocidente tardo antigo e medieval um dos casos mais interessantes que conhecemos é o mito gótico, tal como o alcunhou León Poliakov na sua obra *O mito ariano* (1974). O autor analisou a construção de mitos fundadores das nações europeias ocidentais e tentou entender a relação destes com os nacionalismos e com a construção do mito ariano. Ou seja, algo que ainda nos intriga, tendo em vista a ascensão de partidos de ultradireita, xenofóbicos e que pretendem regular e minimizar a entrada dos ‘bárbaros’.

Nossa intenção é analisar a forma pela qual alguns agrupamentos sociais que participaram das migrações dos povos germânicos¹ ao império Romano nos séculos IV e V da era comum, foram vistos de maneira pejorativa, não só definidos como bárbaros, o que era usual então, mas também seus nomes ficaram na memória histórica como adjetivo depreciativo, como é o caso dos vândalos. Outros foram associados a um conceito de nobreza,

¹ Em nossa percepção não se trata de invasões bárbaras e sim migrações de povos, na sua maioria de origem germânica. E tampouco concordamos com a adjetivação utilizada, por isso usamos algumas vezes aspas simples, mesmo se em termo acadêmicos isto não seja recomendado.

valor guerreiro e coragem e até foram usados para denominar um refinado estilo de construção de espaços religiosos, como é o caso dos visigodos. Por quê? Qual seria ou quais seriam as razões para tal diferenciação?

A nossa hipótese é que estamos diante de um caso típico no qual quem controla o saber, e possui o monopólio da escrita é quem define as representações sociais e delimita o que é o certo, do errado; o que é bom, do que é ruim; os estabelecidos, dos *outsiders* (SCOTSON; ELIAS, 2000). A escrita clerical é quase hegemônica na Antiguidade tardia e esta tem o controle quase exclusivo dos saberes, da verdade e o monopólio desta mesma escrita (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Ainda que no campo (*pagus*) haja resistências evidentes, de um paganismo o qual denominamos ‘periférico e camponês’, e também entre as minorias no que resta das cidades, com resquícios de saberes ainda de uma matriz pagã mais refinada e culta, a tendência ao controle do saber, pelo elemento clerical é um movimento forte, mesmo se lento o qual gradualmente se instala para perdurar por séculos.²

Há um aspecto generalizante que devemos definir de antemão: o conceito de civilização e de barbárie, de matriz greco-romana ainda persistia. O *limes* (limite) imperial delimitava quem era estabelecido (romano ou em processo de romanização) e quem era *outsider* (os povos externos ao império ou recém ingressados). Os séculos III e IV foram o palco de uma ampla barbarização dos exércitos imperiais. Muitos imigrantes cruzavam o *limes* e ingressavam nas legiões, por vezes até comandadas por generais bárbaros. O mesmo se dava no trabalho do campo, com colonos de origem germânica.

Os gregos foram os primeiros que fizeram uso desta terminologia depreciativa para definir povos que não participavam da cultura grega e não falavam o grego. A expressão ‘bárbaro’ está carregada de um forte grau de estigmatização. Implica em inferioridade cultural, e de certa forma é implícito certo grau de selvageria (CASSIN; LOURAUX; PECHANOSKI, 1993). Os povos germânicos eram diferenciados dos estabelecidos de

² Há pesquisas refinadas sobre o tema das resistências do paganismo no seio do campesinato. No Brasil recomendamos Ruy de Oliveira Andrade, Ronaldo Amaral, Mario Jorge Motta Bastos e Renan Frighetto entre vários outros qualificados.

múltiplas formas e sem dúvida tinham costumes que não se coadunavam com os, assim considerados, bons modos dos cidadãos do baixo império. O que permitiu para que tanto a literatura da época, quanto os historiadores através dos tempos mantivessem o termo bárbaro impregnado de estigmas e associados à inferioridade.

A invasão x a migração dos povos germânicos: percepções

O impacto da gradual penetração dos povos externos ao *limes* no território imperial não é uniforme. A maior parte dos que entraram o fizeram de forma pacífica, em pequenos grupos e foram estabelecidos como colonos em regiões de fronteira, ou engajados após treinamento em legiões romanas. A escassez de trabalhadores rurais em virtude da não reposição de escravos nos campos e a dificuldade de se obter soldados no exército propiciaram a inserção dos migrantes de maneira pacífica.

Grupos armados muitas vezes tentaram invadir o espaço imperial sendo contidos ao longo de toda a história romana por cônsules, generais ou imperadores. Não se trata de uma novidade que eclode apenas nos séculos IV e V. A pressão pelo ingresso no espaço romanizado advém de longa data. O que muda é que os exércitos imperiais mesclados ou plenamente compostos por migrantes originários de zonas extra *limes*, com remunerações menores, preparo inferior e com números cada vez mais baixos se vê diante de uma situação que já não garante a vitória dos exércitos romanos. Começam ondas migratórias violentas que serão denominadas invasões bárbaras. O termo é polêmico e repleto de preconceito. Descreveremos com mais detalhes algumas etapas desta penetração dos povos germânicos, escolhendo dois casos que estudaremos e compararemos.

Visigodos e o império romano: primeira fase das invasões

Os hunos eram povos asiáticos, que sendo exímios cavaleiros, ocuparam com facilidade a região da atual Rússia e Ucrânia, por volta de 375.

Os ostrogodos que ali habitavam se submeteram e os visigodos hostilizados optaram por pedir asilo ao Império romano. Os imperadores eram Valente e seu jovem sobrinho Valentiniano II. O primeiro optou por aceitar os visigodos na condição de aliados fazendo um *foedus*, um tratado pelo qual os visigodos entravam no Império, na condição de colonos e soldados. O estabelecimento deles no norte da península balcânica foi tumultuado e sentindo-se maltratados, os visigodos se revoltam. O imperador Valente organiza um exército para ir contê-los, mas quando esperava reforços, opta por atacá-los. É derrotado de maneira fragorosa na batalha de Andrinopla ou Adrianópolis (378) e após ser ferido é morto.

Tratava-se da maior derrota infligida a um exército romano dentro do território imperial. No front oriental alguns imperadores já haviam sido derrotados pelos persas, mas fora dos espaços imperiais. Com a ascensão de Teodósio o Grande, há um novo acordo entre este e os visigodos que voltam a subscrever um *foedus*. Com a morte de Teodósio e sua sucessão por seus dois filhos, Arcádio e Honório, o Império é dividido em duas partes: ocidente e oriente. A parte ocidental é mais fraca e pobre, tendo menos impostos e, portanto exércitos piores para se defender.

Os visigodos não tardam a marchar contra os romanos, mas são detidos pelo general vândalo Estilicão, a serviço do Império. A qualidade militar deste convence os visigodos a recuar. Não tarda e Estilicão é afastado e morto pelo imperador Arcádio, temeroso de seu poder. Os visigodos resolvem de novo avançar. Entram na península itálica liderados por Alarico, avançam sobre Roma e a invadem em 410, saqueiam e queimam muitos edifícios públicos. Seria a primeira vez em cerca de oito séculos que o recinto sagrado de Roma era invadido por tropas estrangeiras. Nem o famoso general cartaginês Aníbal, conseguira tal façanha.³ Trauma e sensação de final de uma era.

³ Norma Musco Mendes em sua obra *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988 nos conta da breve ocupação da Roma republicana pelos gauleses, ocorrida em c. 390 a. C. (p. 19). Numa soma simples (390 + 410 = 800 anos) teríamos oito séculos sem que algum exército estrangeiro adentrasse as muralhas da cidade.

Transitam pelo sul da Itália e acabam indo para o sul da Gália (França atual). Fazem novamente um acordo de *foedus* com os romanos e participam da batalha de Chalons (451) em que um exército romano composto por diversos povos germânicos derrota Átila o rei dos hunos. Não tarda e os mesmos visigodos consolidam a ocupação da região sudoeste da Gália tendo a cidade de Toulouse, como sua capital fundando após 476 um reino independente.

Segunda fase das invasões: vândalos suevos e alanos

Ainda durante o movimento dos visigodos de leste para oeste, ocorre uma nova onda invasora. Em meio a um inverno muito intenso em 406, uma coalizão de tribos cruza o rio Reno que era o limite (*limes imperial*). São denominados como vândalos, suevos e alanos: estão famintos e buscam terras menos frias e mais produtivas. Cruzam a Gália (atual França) e avançam para a península Ibérica (atual Espanha). Cruzam os Pirineus e invadem a Hispânia (nome que usaremos para a península Ibérica).

O governo imperial percebendo o risco convoca os visigodos, na condição de aliados (federados) e conclama-os a expulsar os invasores. Esta reação tarda, mas vem. O exército visigodo penetra na Hispânia: acua os suevos no noroeste da península (Galícia) e derrota os vândalos, que optam, em boa parte, por fugirem para a África do norte (429). Adiante voltaremos a falar dos visigodos.

Na África os vândalos tomam a cidade de Hipona (430), a diocese de Agostinho, célebre bispo e mais tarde Cartago (439). Nesta região os vândalos assinam um *foedus* (435), mas vão ocupando as melhores terras e hostilizando a população romana. Não tarda para os vândalos ocuparem não só a região no entorno de Cartago (atual Tunísia), mas também criarem uma marinha, e liderados por seu rei Genseric, ocuparem as ilhas do mar Tirreno: Córsega, Sardenha e Sicília. Em 455 promovem o segundo saque de Roma. Esta presença vândala na África e nas ilhas foi letal para o Império Ocidental. O trigo da África e da Sicília deixa de aprovisionar a Itália e as dificuldades de chegar a Hispânia acentuam a escassez de trigo e facilitam a queda do Império do ocidente.

Os vândalos que penetraram no território imperial já eram convertidos ao cristianismo, mas na versão ariana, que não era aceita pela Igreja oficial, nesta data. E nunca se converteram ao cristianismo trinitário (o qual aceitava a doutrina da trindade), que a partir de agora denominaremos católico.⁴ E, além disso, promoveram perseguições aos católicos. Esta é uma das razões pelas quais não se aproximam da população local.

A outra razão foi o confisco pleno das terras da nobreza senatorial romana.⁵ Esse distanciamento fez com que houvesse resistências a seu domínio. Quando o imperador do oriente, Justiniano empreendeu uma tentativa de reconquista do Império ocidental dirigiu ao reino vândalo a sua primeira invasão que é bem sucedida e em 534, os bizantinos reconquistam a África do norte. Os vândalos desaparecem e não mais são citados. O nome deles virará adjetivo.

Por que a expressão vândalo é utilizada com sinônimo de destruidor, agressivo e depredador? Algumas das razões já alinhavamos no início deste trecho. Aqui cabe utilizar um conceito de Jacques Le Goff (1990). Constrói-se em crônicas eclesiásticas uma concepção de mundo. Define-se o que é bom, e o que é mau. O que é certo, e o que é errado. Verdade versus mentira. Civilização versus barbárie. Um documento se torna um monumento que através do tempo resiste com solidez e se torna um fato.

O cronista eclesiástico de Próspero de Aquitânia, nos aparece como um dos precursores na construção da imagem negativa dos vândalos. Autor de narrativas cristãs dos fatos em crônicas e *vitae*. Inicialmente fez um sumário abreviado de seus antecessores e seguiu na escrita da crônica de seus tempos. Ele era secretário do bispo de Roma, o Papa Leão I, em 455. Manteve um foco romano cêntrico ocidental, definindo a cronologia pelos cônsules de Roma. A ênfase nos sínodos, sucessões papais e temas clericais é evidente. O combate às heresias e a defesa da ortodoxia estão na pauta central da obra.

⁴ O termo é passível de crítica, mas o adotaremos para diferenciá-lo das dissidências que não sobreviverão.

⁵ Os ostrogodos se limitaram em confiscar um terço (1/3) das terras da nobreza senatorial/imperial romana; os visigodos dois terços (2/3); já os vândalos confiscaram todas as terras integralmente (3/3).

Próspero relata as invasões de lombardos, burgúndios, hunos, godos e vândalos. Estes últimos têm um foco diferenciado e bastante crítico na obra, pois o saque de Roma pelos vândalos ocorre em 455 e, nessa data, Próspero vivia em Roma. Além disso, a postura do rei Genserico a favor do cristianismo, na versão ariana, é motivo de amplas e detalhadas observações do autor. Próspero é claramente antiariano, antivândalo, e tem muita influência no fato de o substantivo vândalo ter se tornado um adjetivo. (WOLF, 1999, p. 4).

A postura dele, em relação a outros povos invasores, não é tão aguda, e mesmo os visigodos, que só virão a se tornar católicos em 589, e saquearam Roma já em 410, não recebem um tratamento tão ríspido. Na opinião de Wolf (1999, p. 4): “Próspero focou de maneira intensa o ‘barbarismo’ dos vândalos que diante disto as suas referências às incursões de outros povos parecem pouco expressivas em comparação” (tradução nossa).⁶

Não há tanta ênfase na violência e tampouco na atitude ‘não civilizada’ dos visigodos. É fato que para autores como Jerônimo, o saque de Roma em 410, pelos visigodos, foi visto como um acontecimento catastrófico; para Agostinho, foi o elo motivador da escrita da obra Cidade de Deus. Ainda assim, Próspero economiza nas críticas aos visigodos e enfatiza seu papel na contenção dos hunos, como aliados do Império.

No final do século VI a Itália já havia sido invadida algumas vezes e Roma fora tomada por visigodos (410) e vândalos (455). O golpe fatal para o Império Romano do Ocidente foi a derrubada do último imperador ocidental Rômulo Augustulo em 476, por um pequeno povo germânico, os hérulos. Esta data se convencionou estabelecer como a data histórica da queda do Império Romano do Ocidente. A partir desta data não houve mais imperadores romanos em Roma, Milão ou Ravena, ou seja, no ocidente.

Os imperadores do oriente, que a partir de agora chamaremos bizantinos,⁷ pois a capital destes era Constantinopla, também conhecida como Bizâncio, nome antigo da cidade passam a ser os imperadores e os

⁶ Prosper focused so much on the barbarism of the Vandals that his references to the incursions of other peoples, specifically the Goths, seem perfunctory by comparison

⁷ Expressão também questionável na historiografia especializada. O título de imperador seria basileu, um termo grego.

reinos germânicos, compreendiam que haveria uma espécie de hierarquia e mesmo sendo os reinos autônomos, simbolicamente o imperador precedia, ou seja, era superior aos reis germânicos.

Assim ocorrerá com os ostrogodos. Após a derrubada de Rômulo (476) o imperador do Oriente, Anastásio convoca seus aliados ostrogodos a restaurar a ordem romana na Itália (483). O rei Teodorico o grande reúne seu exército e derruba os hérulos e seus aliados. Coleta os estandartes romanos e os envia ao imperador bizantino em Constantinopla. Faz uma simulação de submissão, mas de fato estabelece um reino ostrogodo na Itália.

Mantém a lei romana e os tribunais romanos para seus súditos romanos. E leis e tribunais separados para os germânicos. Não demite os funcionários públicos, pois isto acabaria com a administração. Não intervém em questões religiosas: os ostrogodos também eram arianos e a maioria dos romanos era católica. As igrejas e o clero não são perturbados e não há confiscos de bens eclesiásticos. O que ocorre é o confisco de um terço das terras dos nobres romanos. Esta é uma cota de guerra ou saque pequena: os vândalos confiscaram todas as terras e as repartiram a seus nobres; os visigodos tomarão dois terços e deixarão aos senhores romanos um terço; os ostrogodos apenas um terço.

Os ostrogodos souberam manter uma relação cordial com a Igreja e com os homens poderosos e/ou cultos; Boécio e Cassiodoro são dois sábios cristãos, do século VI. Ambos auxiliam Teodorico a administrar seu reino. A relação é boa em todo o reinado deste, mas começa a desandar no final de seu reinado. Isto motivará no século VII a assim denominada reconquista de Justiniano que além de retomar o norte da África, como já frisamos, também reocupará, numa longa campanha e provisoriamente a região da Itália. Assim tanto o reino vândalo, quanto o ostrogodo desaparecem na reconquista bizantina, que mesmo sendo efêmera, extingue estas duas ocupações.

O reino visigótico de Toledo: origens do modelo social ibérico

Os visigodos depois do saque de Roma (410) voltaram a realizar um pacto com o Império e se tornar aliados através de um terceiro *foedus*.

Depois de perambular, como já descrevemos, se estabelecem no sul da Gália, na região da atual cidade de Toulouse. Com a invasão dos vândalos e suevos à Hispânia são chamados como aliados para retomar a soberania romana na região. E derrotando os vândalos fazem com que estes fujam para a África. Até aqui, já havíamos descrito.

A sequência da história dos visigodos é muito importante para a história dos reinos ibéricos e por continuidade para a América Latina, pois fomos colonizados por estes reinos a partir do século XVI. Os visigodos enfrentam os francos merovíngios em uma batalha decisiva em Vouillé (508) e são derrotados. Teriam sido dispersos e aniquilados, se não fosse a intervenção do rei ostrogodo Teodorico, que tinha ligações dinásticas com a família real visigoda (ORLANDIS, 1988, p. 54-59; GARCIA MORENO, 2008, p. 82-84). O resultado disto é que os visigodos conseguem se reagrupar. Perdem a maior parte do reino de Toulouse, mas migram para o sul, cruzando os Pirineus e se estabelecendo na Hispânia. Aos poucos consolidam sua ocupação e vão submetendo a região a um novo reino, que virá a ser denominado reino visigótico de Toledo.

Os reis visigodos eram eleitos, inicialmente, por assembleias de guerreiros e posteriormente pela nobreza. Isso criava conflitos entre clãs tribais, cada qual com seu candidato e dificultava a criação de dinastias reais. Numa destas lutas entre candidatos, um deles conclama os bizantinos que já haviam ocupado o norte da África a ajudá-lo. Este candidato ao trono vence, mas permite a criação de uma ocupação bizantina no sul da Hispânia, que perdurará quase um século. Sob a ameaça de que os bizantinos pudessem envidar esforços para ocupar o restante da península, ascende ao poder Liuva I, que associa seu irmão Leovigildo ao trono. Este acaba ficando sozinho no poder.

Leovigildo tinha alguns problemas internos e outros externos. Internamente a sociedade estava dividida em: a) visigodos que eram germânicos e cristãos arianos e invasores; b) hispano-romanos católicos e submetidos ao invasor. Havia duas religiões nas partes mais densamente habitadas da Hispânia, além de continuidades pagãs na periferia. E havia leis e tribunais diferentes para visigodos e para hispano romanos. Faltava certa unidade que aproximasse os dois grupos, mesmo se mantidas as diferenças socioeconômicas (GARCIA MORENO, 2008, p. 113-131).

Externamente havia algumas ameaças: a) os bizantinos no sul da Hispânia eram um risco estratégico; b) os francos no nordeste da região já haviam derrotado anteriormente os visigodos e almejavam ocupar novos espaços; c) os suevos que haviam chegado à região na invasão de 408 /409 e ocupavam a parte noroeste da península; d) povos autóctones, ou seja, que já habitavam há muito tempo na região ou originários dela. Há em todos estes grupos algum tipo de ameaça ou de resistência a uma unificação territorial e a criação de uma monarquia forte e organizada.

Leovigildo venceu todos os adversários e só não expulsou definitivamente os bizantinos. Seu filho primogênito Hermenegildo era originalmente cristão ariano, mas ao se casar com uma princesa franca católica, se converteu a mesma religião dela. E se uniu a bizantinos, suevos e francos no intuito de derrubar seu pai.

Leovigildo subornou um dos reis francos que se opôs ao rei franco coligado.⁸ Derrotou duas vezes os suevos e anexou seu reino ao visigótico. Venceu povos autóctones, como os cântabros e os vascones (ancestrais dos bascos atuais). Os bizantinos não atacaram, mas conseguiram manter a região sudeste sob sua ocupação. Isolado Hermenegildo foi derrotado, exilado e morto; já seu pai manteve o poder, mas pouco depois morre de maneira natural (GARCIA MORENO, 2008, p. 113-131).

Vencedor nas batalhas Leovigildo alternou vários sucessos e um fracasso nas políticas internas. Fundou cidades: *Victoriacum* e *Recópolis*. Isso era algo que nenhum monarca germânico havia feito, pois era um direito e uma prerrogativa dos imperadores. E criou um cerimonial de corte: trono, manto real, cetro e outros símbolos que demarcavam sua condição superior, diante da nobreza. E ainda no intuito de fortalecer o poder simbólico da monarquia mandou cunhar moedas com a efígie (imagem em perfil) real. Isso também era um direito atribuído aos imperadores romanos e nenhum rei germânico havia realizado tais gestos (VALVERDE CASTRO, 2000).

⁸ Os francos tinham uma concepção de estado patrimonialista e dividiam o (s) reino(s) entre herdeiros do monarca falecido. Para melhor entendimento veja o texto de ROUCHE na coletânea 'História da vida privada'.

Trata-se de uma consolidação da: a) separação do reino em relação ao Império; b) tentativa de legitimação do poder monárquico; c) propaganda desta nova condição através, por exemplo, das moedas que circulavam e difundiam a nova condição. A monarquia almejava um reconhecimento social de seu poder e hegemonia territorial em solo ibérico.

Começou a unificar juridicamente a Hispânia visigótica, criando o *Codex Revisus*, que seria uma legislação que servia a toda a população, seja hispano romanos, ou seja, visigodos. Já no âmbito das relações entre as duas religiões principais, ambas cristãs, mas de diferentes versões, não houve convergência. Leovigildo tentou criar uma mistura entre o catolicismo e o arianismo, fundindo-as numa só religião cristã. O episcopado católico não aceitou estas aproximações e manteve-se distante do monarca. Este foi o seu ‘calcanhar de Aquiles’, pois foi a motivação da revolta de Hermenegildo, seu filho. Este derrotado foi para o exílio, no qual foi assassinado. O único fracasso visível do monarca foi a incapacidade de unificar religiosamente a população (ORLANDIS, 1988, p. 70-88; GARCIA MORENO, 2008, p. 113-134).

Leovigildo é um modelo monárquico: funda cidades, cunha moedas, desenvolve um ritual de corte e majestade (ISIDORO, *Hist.*, 1975, c. 51, p. 258-259),⁹ e se torna de fato o fundador da monarquia toledana, se torna um *símbolo* na obra isidoriana (REYDELLET, 1981, p. 531-532).¹⁰

Leovigildo apesar de suas vitórias, não consolidou a monarquia como o elemento agregador de uma unidade social e política. Com a morte de seu filho revoltoso Hermenegildo, assumiu o trono o segundo filho Recaredo. Este aprendeu dos erros do pai e do irmão e optou por um novo caminho.

Dialogou com o episcopado: primeiro com o bispo Leandro de Sevilha que era uma liderança católica e convenceu as lideranças eclesiásticas da necessidade da união; depois o rei dialogou com o episcopado ariano e

⁹ Afirma que foi Leovigildo o primeiro que se apresentou aos seus (visigodos) coberto pela vestimenta real, afirmando que antes dele as roupas e o assento eram comuns entre o *primus inter pares* (rei) e seus nobres: “[...] primusque inter suos regali veste opertus solio resedit, nam ante eum et habitus et consensus communis ut genti, ita et regibus erat”.

¹⁰ Diz que: “[...] Isidore ne soit pas resté insensible au sens de la majesté royale dont Liuvigild fit preuve”.

convenceu a maioria de que era necessário unificar as igrejas. Um acordo integraria os bispos arianos à Igreja católica e sem dúvida as concessões do lado ariano foram amplamente maiores. A maioria destes bispos se integrou no catolicismo trinitário e as reações e resistências foram sufocadas.

O rei Recaredo com apoio do bispo Leandro de Sevilha convocou um concílio em Toledo (terceiro deste local e nome) em 587 no qual o acordo foi selado. Foram sacramentadas as decisões e os cânones dos concílios ecumênicos orientais: Nicéia (325), Constantinopla (381) além dos concílios de Éfeso e Calcedônia (século V).

O catolicismo se tornou a religião oficial e o rei Recaredo foi comparado aos imperadores orientais: o novo Constantino. Passará a ser exaltado pela Igreja hispânica como um santo. A união da coroa e da Igreja sugeria uma unidade plena e augurava uma longa duração à monarquia e à religião no território ibérico. Este é um marco identitário importante e demarca a fundação de uma Hispânia (depois Espanha) cristã (ORLANDIS, 1988, p. 89-92; GARCIA MORENO, 2008, p. 136-138).

A historiografia cristã demarca este momento com uma magnitude incomensurável. Inicialmente nas atas e cânones do terceiro concílio de Toledo. Os adjetivos relacionados ao monarca Recaredo são amplamente laudatórios (FRIGHETTO, 2002, p. 58 e ss.). O rei é alcunhado de “conquistador de novos povos para a Igreja católica” (VIVES, 1963, p. 117);¹¹ e as atas declaram o merecimento “da coroa eterna ao ortodoxo rei Recaredo” (VIVES, 1963, p.116);¹² fazem louvores e o comparam aos apóstolos ao afirmarem que “merecia verdadeiramente o prêmio apostólico porque cumpriu o ofício de apóstolo” (VIVES, 1963, p.117).¹³ Isso coaduna com a escrita histórica de Isidoro que descreveremos adiante. Há um tênue tom escatológico.

Há certa dose de sacralização do cargo e até da pessoa do rei. No preâmbulo do texto canônico o monarca é comparado a um apóstolo e aos imperadores Constantino, Teodósio I, Teodósio II e Marciano que presidiram

¹¹ Diz: “Ipse novarum plebium in ecclesia catholica conquistator”.

¹² Diz: “Cui a Deo aeterna corona nisi vero orthodoxo Recaredo regi?”

¹³ Diz: “Ipse mereatur veraciter apostolicum meritum qui apostolicum implevit officium [...]”.

os grandes concílios orientais.¹⁴ Ainda no século XX historiadores próximos da Igreja católica e sob a forte influência do franquismo, mesmo depois de sua queda concebem a criação da Espanha associadas à Leovigildo (ariano) e à Recaredo (católico).¹⁵

O prognóstico de estabilidade da monarquia unificadora e sob uma crença única não se consolidará em médio prazo. Vejamos alguns dos problemas. Vamos dividi-los em três aspectos: a) questões religiosas, b) ameaças externas de outros países ou coalizões, e c) a divisão interna somada as tensões monarquia versus nobreza.

As resistências religiosas dos arianos são facilmente sufocadas e o catolicismo se torna a religião majoritária e associada ao poder, sem maiores dificuldades. Persistem no norte e no nordeste da península Ibérica, amplos bolsões de paganismo. Na Lusitânia e na Galícia, ou nas Astúrias o paganismo resiste. Eram regiões pouco romanizadas, pouco urbanizadas e, por efeito pouco cristianizadas. Sendo amplamente rurais eram povoadas escassamente por populações animistas (adoravam elementos da natureza: sol, lua, chuva e planetas), pouco aculturadas aos padrões das cidades do sul e do sudeste (região do Mediterrâneo).

E finalmente os judeus, uma minoria resistente às conversões e a evangelização. Estes eram bastante numerosos nas cidades, mesmo sendo percentualmente poucos em relação ao total da população. Recaredo de maneira parcial e mais tarde Sisebuto envidaram esforços em convertê-los. Este último decreta conversão forçada ou a opção de exílio aos judeus. Muitos se convertem e há polêmicas sobre sua atitude: sinceros ou professavam judaísmo às escondidas? Durante todo o século VII, pairava a acusação de criptojudaísmo, que seria manter uma fachada de cristãos (católicos) sinceros, mas não agir de maneira correta, pois se dizia que professavam o judaísmo às escondidas. Muitos concílios toledanos emitiram cânones que pressionavam os convertidos.

¹⁴ Nicéia sob Constantino, Constantinopla sob Teodósio I, Éfeso sob Teodósio II e Calcedônia sob Marciano.

¹⁵ Caso do historiador José Orlandis e de muitos outros que escrevem uma história ideológica que constrói e estabelece o mito fundador e as origens de uma Espanha cristã no terceiro concílio de Toledo (589).

As ameaças externas não foram difíceis de contornar até o início do século VIII. Os francos seguidamente ameaçavam o reino visigótico, mas nunca mais os derrotaram da maneira que o fizeram em 409 (Vouillé). Seguidamente houve confrontos de fronteira na Aquitânia (região no sul da Gália) que não alteraram o panorama. Já os bizantinos foram lentamente acudados na região sudeste e finalmente expulsos no reinado de Suintila em 625. A última ameaça, porém foi fatal: os árabes aliados a norte africanos, conhecidos como berberes, recém convertidos ao Islã, irromperão na Hispânia em 711 e derrubarão o reino visigótico. Como isto foi possível?

Uma das razões deste sucesso dos exércitos norte africanos foi a falta de coesão da monarquia e da nobreza visigótica, apesar dos esforços de Recaredo e de muitos de seus sucessores. Vejamos as dificuldades internas para entender esta fraqueza da monarquia. Um dos elementos mais desagregadores era a tradição visigótica de eleger seus reis.

Originalmente a coroa ficava com um guerreiro competente e líder militar de alguma das famílias tradicionais visigóticas. Isto outorgava a assembléia de guerreiros certo poder. Não havia dinastias que se sucediam. Filhos poderiam suceder seus pais, mas não por direito e nem de uma forma automática. A assembléia de guerreiros foi através do tempo, sendo filtrada e apenas um grupo seletivo de nobres, passou a eleger o rei. Dentro deste grupo, que chamaremos de assembléia de nobres havia família poderosas, ora coligadas, ora em conflito para eleger um membro de seu grupo ou subgrupo.

Isto gerou conflitos entre membros da nobreza, ora entre si e ora contra o rei no poder. Os reis muitas vezes quiseram fortalecer seu poder e nomear seus filhos como herdeiros do trono, criando uma dinastia. Quando o poder real era suficiente para conter a oposição isto ocorria; quando era menos poderoso gerava revoltas e regicídios (assassinatos ou mutilações de reis ou herdeiros do trono). O bispo franco Gregório de Tours escreveu no final do século VI que os visigodos eram regicidas, pois matavam seus monarcas.

Isidoro de Sevilha, irmão e herdeiro de Leandro, que o sucedeu como bispo na mesma cidade, foi um grande líder espiritual e articulador das relações entre a Igreja e a monarquia. Tentou atenuar o conflito entre monarcas e setores da nobreza, afirmando que os reis eram sagrados e que

deveriam ser intocáveis. Fez uso do antigo testamento (Bíblia hebraica) na qual há afirmações que enfatizam a unção dos reis hebreus e sua sacralidade. Instituiu a unção dos reis, fato que deve ter sido consumado alguns anos mais tarde (FRIGHETTO, 2002, p. 59 e ss.).

A atuação de Isidoro de Sevilha não bastou. Os reis passaram a ser depostos, sem serem assassinados, a partir de agora. Eram tonsurados, se tornando monges, e enviados a mosteiros, mas efetivamente seguiam sendo derrubados. As lutas intestinas entre grupos de nobres contra a monarquia e a disputa pelo cargo de rei enfraqueceu a coroa.

Em meio a luta entre uma facção liderada pelo rei Rodrigo, recém empossado e os filhos do rei anterior, vai ocorrer a invasão do exército norte africano (muçulmano) composto por berberes recém convertidos e uma minoria de árabes. O grupo opositor faz um acordo com o invasor e se associa aos invasores que derrotam com facilidade o rei visigodo.

Na sequência gradualmente vão tomando praças fortes e cidades geralmente fazendo pactos e mantendo o conde local como líder da cidade e preservando os bispos e os direitos da população cristã. Alguns cristãos migram para as regiões norte e nordeste da península e encetam certa resistência ao poder do califado de Damasco que a partir de então se torna a entidade política dominante na maior parte da região.

Reflexões sobre o papel de Isidoro de Sevilha

Em alguns artigos anteriores (FELDMAN, 2013), já refletimos sobre a importância do bispo Isidoro de Sevilha (IS) na construção de marcos norteadores seja na religião e na cultura do período e do medievo, seja na tentativa de obter estabilidade à frágil monarquia visigótica, seja na de marcação do marco inicial do mito fundador. Neste tema consideramos que ele seja fundamental na construção de uma noção de nobreza visigótica e na definição do mito fundador. Vejamos.

Começemos por descrever as fontes que o bispo utilizou para fundamentar sua obra. IS leu uma enorme profusão de autores latinos ou de autores gregos traduzidos ao latim. Alguns são marcantes em sua

obra, tais como Jerônimo e Agostinho. Cita varias dezenas de autores, nas suas obras, mas para o nosso foco histórico podemos salientar: Orósio, Hidácio de Chaves, Próspero de Aquitânia, e João de Bicláro ou Biclarense. Este último que também é um clérigo foi contemporâneo do momento da aproximação entre a Monarquia e a Igreja católica. Presenciou as transformações ocorridas no final do séc. VI, e as descreveu ainda sob uma forte influência imperial (HILLGARTH, 1985. p. 268),¹⁶ ainda que não assumisse uma postura desfavorável à nova conjugação de forças, que unia agora a monarquia visigótica e a Igreja. Trata-se da fonte principal de IS. Uma forte influência da presença da Providência divina na história.

O que se vê como tendência da historiografia cristã no período tardo antigo é explicar os acontecimentos históricos como parte de um enredo global, teleológico e universal que se insere na doutrina da sexta era. A primeira vinda de Jesus seria a abertura da sexta era e a igreja aliada ao império, inicialmente e depois aos reinos germânicos, posteriormente, se coloca como a executora das condições deste empreendimento. A evangelização seria necessária e fundamental como a via de acesso ao final dos tempos e da consecução do plano divino.

O bispo franco Gregório de Tours enxerga em Clóvis o veículo inicial desta articulação no reino franco. Os irmãos Leandro e Isidoro de Sevilha o fazem ao nível da Hispânia visigótica. O hispalense (IS) escreve uma série de obras entre as quais algumas têm caráter histórico e analisam os eventos a partir de uma ótica religiosa e funcional na direção da escatologia. Biografias reais começam a ter uma formatação que as aproxima de hagiografias. Os bons reis são os que se aproximam da Igreja e são católicos; entre os reis visigodos arianos há alguns que podem ser definidos com alguns adjetivos favoráveis, mas a maioria é perversa.

¹⁶ Hillgarth nos diz que na sua ótica havia ainda uma forte aura de Bizâncio, como a executora da Providência Divina, já que as conquistas de Justiniano, ainda não tinham se perdido. Diz: “In John’s Chronicle Byzantium was still capable of converting to Christianity and assimilating barbarians [...]”. E adiante enfatiza: “[...] the young John saw it as the Eusebian vehicle of God’s action in this world”.

Vejamos um exemplo de rei visigodo católico. Há três exemplares: Recaredo que já citamos é o primeiro. O segundo é Sisebuto que alterna elogios e críticas. Optamos por descrever a descrição do exemplar e paradigmático Suintila. Concluiu a unidade política da península ibérica sob seu governo. Isidoro entende seu papel como fundamental e o torna exemplo de monarca cristão na sua história.

O rei no início de seu reinado é qualificado de *gloriosissimus* (ISIDORO, *Hist.*, 1975, c. 62, p. 274-275).¹⁷ Imediatamente, declara que tomou o cetro do poder por graça de Deus (ISIDORO, *Hist.*, 1975, c. 62, p. 275).¹⁸ Adiante determina que se tratava do primeiro rei que governava toda a Espanha, alcançando a glória de um triunfo superior ao dos demais reis que o antecederam (ISIDORO, *Hist.*, 1975, c. 62, p. 274-275).¹⁹ As virtudes régias recebem a moldura de um capítulo inteiro, curto, mas de uma amplitude de louvor sem comparação em toda a obra, talvez salvo em Recaredo.

Os modelos monárquicos se inserem num projeto já existente nas biografias dos imperadores cristãos no baixo império. A obra isidoriana tenta gerar uma legitimidade, aos governantes, mas também aos conquistadores que sendo germânicos (leia-se bárbaros) careciam desta. Isto se faz sob uma mescla de história, teologia e mitologia.

Façamos uma breve análise de um trecho clássico da assim denominada historiografia isidoriana. Na parte inicial da história isidoriana, denominada “*Laus Spaniae*”, o autor faz uma entusiasmada descrição das riquezas, da população e da paisagem da Espanha. Na visão de Diaz y Diaz (2000, p. 110): nesse trecho, realiza uma mistura de realidade com ficção. Diz o autor: “[...] baseado em métodos retóricos, adota a forma de um panegírico no qual se fundem o genuíno e o artificioso”.²⁰

¹⁷ Inicia seu reinado com a data da ascensão e a afirmação: “*gloriosissimus Suintila*”.

¹⁸ Aonde declara: “[...] *gratia divina regni suscept scepra*”.

¹⁹ Isidoro declara sua grandiosidade e seu feito inédito de unir sob uma só coroa a Hispania: “*Postquam vero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumpho gloriam prae ceteris regibus felicitate mirabili reportavit, totius Spaniae intra oceani fretum monarchiam regni primus idem potitus, quod nulli retro principium est conlatum*”.

²⁰ “[...] basada en métodos retóricos, adopta la forma de un panegírico en el que se funden lo genuino y lo artificioso.

O bispo hispalense descreve um encontro amoroso entre a Hispânia e os godos: possuída e amada pelos romanos, destes foi retirada, sendo “[...] conquistada e amada pela florescente nação dos godos” (ISIDORO, *Hist.*, 1975, Introd., p. 171). A ligação entre os godos e a Hispânia é parte de uma justificativa histórico-literária do direito do conquistador. Alguns críticos têm restrições quanto à autenticidade desse texto, pois nada fala da Igreja nem dos triunfos cristãos na Hispânia. Inclui certas construções historiográficas que se aproximam do *mythos* e aponta para uma duvidosa origem dos visigodos (FELDMAN, 2013).

O que motiva Isidoro a buscar tais origens pouco fundamentadas? O que tenta provar? A sua motivação central, a nosso ver, é inserir os visigodos na história universal e obter para eles um lugar à altura de sua glória e de seus feitos: uma espécie de legitimidade histórica para o papel que Isidoro passa a atribuir aos visigodos, povo corajoso, lutador e de origens nobres. Isidoro usou de toda a sua erudição e de toda a sua habilidade literária para provar essas teses, considerando os godos, descendentes dos citas e do personagem bíblico Magog, filho de Jafet, filho de Noé (ISIDORO, *Hist.*, 1975, c. 1, p. 173).

Na análise da bibliografia e da história isidoriana, constatamos que essa construção historiográfica objetiva elaborar um passado glorioso para seu objeto. A descendência de Magog é uma interpretação derivada da afirmação de Ambrósio após a batalha de Adrianopla, associando o resultado da batalha a uma profecia de Ezequiel (c. 38-39).²¹ Também num trecho das Etimologias, Isidoro reafirma a ligação entre visigodos e hispano-romanos numa ascendência bíblica comum, asseverando que os hispanos e os itálicos são originários de Tubal e os godos ou getas descendem de Magog (ISIDORO, *Etim.*, 1951; 1982, L. IX, c. 2, v. 29 e 89).

Fica-nos a impressão de que realmente Isidoro acreditava nessa origem e nessa genealogia. Ao mesmo tempo, essa crença facilitou a Isidoro a busca de uma origem comum que justifique um relacionamento histórico ancestral dos visigodos com os hispano-romanos, no intuito de

²¹ A profecia não exalta os godos, mas Isidoro trata de fazer sua leitura e adequá-la a seus propósitos.

contribuir para a aproximação iniciada nos reinados de Leovigildo e seu filho e herdeiro Recaredo. Também permite a Isidoro realçar a antiguidade e a nobreza dos godos diante dos romanos e dos demais povos germânicos e qualificá-los para constituir um reino legítimo.

Há uma clara intenção de Isidoro em tirar a nódoa da tomada e saque de Roma e das múltiplas inversões dos pactos de *foedus*, que eram acertados e rompidos pelos visigodos com os imperadores romanos. Antes e depois da batalha de Andrinopla; depois do saque de Roma (410). Na descrição isidoriana do saque de Roma está implícita uma conduta que já aparecera em Pais da Igreja anteriores: os visigodos respeitaram os espaços sagrados das igrejas no saque da cidade de Roma. Não atacaram os que ali se refugiaram, e tampouco saquearam os altares e capelas.

Seria correto? Ou mistificação feita num período posterior? Na descrição isidoriana do saque de Roma, o autor é enfático e claro: nenhuma pessoa que se abrigou nos templos cristãos, foi tocada; e ainda afirma com segurança que os que foram apanhados fora dos templos e clamaram em nome de Jesus e dos santos foram poupados (ISIDORO, Hist., 1975, c. 15, p. 195).²² Em todos os passos desta obra há claras intenções de sacralizar a monarquia goda e católica. E a ficha corrida dos visigodos é cuidadosamente modelada. Com a queda do Império Romano há a necessidade de novos pactos e um novo (ou alguns?) povo (s) eleito(s).

A obra de Marc Reydellet (1981) ilumina a questão da relação entre os poderes. Antes do século V, se definira certo tipo de relação entre o Império e a Igreja. Já no século VII, Isidoro define uma nova forma de relação entre o Reino e a Igreja. O rei e a monarquia têm agora um ofício, não apenas o poder. Ofício é mais que uma função governamental: é um cargo divinamente entregue e traz obrigações de caráter sagrado.

A monarquia sacralizada é uma articulação de múltiplas facetas: uma é para gerar legitimidade e estabilidade ao governante e á instituição; a

²² Diz assim, na tradução espanhola: “[...] cuando atacaron la ciudad, concedieron el indulto de la muerte y del cautiverio a todos los que se refugiaron en los lugares sagrados, y también perdonaron con igual misericordia a los que se hallaban fuera de los templos martiriales y pronunciaron el nombre de Cristo o de los santos”.

outra faceta é uma função de defensor e de propulsor do avanço da religião e da representante ou noiva de Cristo no *orbis* terrestre, a saber, a Igreja. O rei deve ser imbuído de valores, de caráter e de sacralidade. Sua nobreza emana do cargo, de sua função sagrada, mas também de suas origens.

Origens estas que não podem ser contaminadas e impuras. Só uma genealogia plena e limpa que remonta a Bíblia poderia purificar e enobrecer a monarquia e o povo eleito. Isidoro constrói a genealogia dos visigodos e vai divagando através dos tempos com o critério de atenuar, mesmo criticando o erro ariano dos monarcas e do povo no período anterior a 589, mas enaltecendo sempre a coragem, e a tenacidade deste nobre povo.

A partir da conversão de Recaredo e do terceiro concílio há uma percepção que está se aproximando o grande momento da História. Com a segunda vinda de Jesus, os reis godos e este corajoso povo cumprirão sua missão cristã. Estão quase se tornando o novo povo eleito.

Considerações finais

O legado visigótico será considerado como um padrão identitário para os cristãos ibéricos, no período em que os cristãos começam a reconquistar lentamente espaços tomados pelos muçulmanos. Isso ocorreu nos séculos seguintes. O modelo jurídico e a religiosidade visigótica servirão como uma referência. As influências e os padrões da monarquia visigótica serão uma base da legitimação da monarquia castelhana.

A nobreza medieval em todos os reinos ibéricos almejará vincular sua origem, geralmente de maneira imaginária ou criada a personagens semi lendários que seriam parte da nobreza goda. Ser godo seria ser nobre. Isso aparece até no romance de Miguel de Cervantes, *Don Quixote de La Mancha*, que ironiza a nobreza do século XVI, enfatizando que sangue nobre teria embasamento em origens godas.

Este mito gótico embasou as crenças na superioridade da nobreza diante de outros estamentos ou grupos sociais. Demarcou uma longa duração na qual, alguns elementos da sociedade se consideravam superiores a outros. O sangue era um marco separador e de contenção para a ascensão

social e integração de estamentos intermediários, tais como comerciantes ou artesãos que enriqueceram. A Igreja ajudou na construção e na manutenção desta separação.

As monarquias ibéricas e em especial a castelhana trataram de se relacionar com os visigodos e se considerar seus herdeiros. Isto gerava uma legitimidade e uma continuidade. E sendo monarquias católicas se imbuíam de valores e sacralidade, por defenderem a fé verdadeira e objetivarem expandi-la. Defensores da Cristandade e do direito legítimo de retomar espaços tomados por infiéis.

Referências

Documentação primária

ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias*. Tradução de L. Cortés y Góngora e introdução e índices de S. M. Díaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1951.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias*. Tradução de J. Oroz Reta e E. A Marcos Casquero, introdução de M. C. Díaz y Díaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

ISIDORO DE SEVILHA. *Las historias de los godos, vándalos y suevos. (De origine gothorum, historia vandolorum, historia sueborum)* Ed. C. Rodrigues Alonso. León: Centro de Estudios S. Isidoro, 1975.

VIVES, Jose (Ed.) *Concilios visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona; Madrid: CSIC, 1963.

Obras de apoio

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

CASSIN, Barbara; LOURAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, Bárbaros e Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

DIAZ y DIAZ, M. C. Escritores de la Península Ibérica, In: *Patrologia IV*:

- del Concilio de Calcedonia (451) a Beda: los padres latinos. Madrid: BAC, 2000.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FELDMAN, Sergio A. A historiografia isidoriana: teologia e política. *Antíteses*, v. 6, p. 214 - 235, 2013.
- FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na antigüidade tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2002.
- GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España visigoda*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- HILLGARTH, Joscelyn. N. Historiography in visigothic Spain. In: HILLGARTH, Joscelyn. *Visigothic Spain, Byzantium, and the Irish*. London: Variorum Reprints, 1985.
- ORLANDIS, J. *Historia del reino visigodo español*. Madrid: Rialp, 1988.
- POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- REYDELLET, M. *La royauté dans la littérature latine de Sidone Apollinaire à Isidore de Seville*. Roma: École Française de Rome, 1981.
- WOLF, Kenneth Baxter (Ed.). *Conquerors and chroniclers of early medieval Spain*. 2. ed. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.
- VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000.